

APRESENTAÇÃO

Presentation

Júlia Calvo

A Revista Cadernos de História tem o prazer de apresentar sua 23ª edição para fechar o ano de 2020. Este foi um ano diferente pela vivência da Pandemia que explicitou nossa fragilidade humana perante tudo, questionando até mesmo as certezas que vieram com a modernidade. Certezas essas que, mais do que nunca, estiveram sob ataques e questionamentos no nosso meio social e que, em pleno século XXI, paradoxalmente em relação a tantos avanços técnicos e científicos, entraram em conflitos com as afirmações do senso comum e com posturas negacionistas e anticientíficas.

Assim, para além da luta no campo das ideias e pela própria sobrevivência, estamos sob pressão para fortalecer a ciência e a produção acadêmica e é assim, com uma mistura de alívio e de acolhimento, que este número nos dá um respiro e renova nosso otimismo trazendo a lembrança do que ainda se realiza e da importância da produção histórica para pensar e conhecer o mundo.

Seguindo nessa toada reflexiva, iniciamos esta edição navegando pelo mundo grego com a análise das representações. Como se constrói a narrativa dos gregos sobre si mesmos e sobre e sua sociedade? Quais são os processos formativos que elaboram e compreendem os gregos e seu mundo? Em **Os gregos: A aprendizagem pela narrativa e representação**, Amauri Carlos Ferreira analisa a *paideia*, responsável pela formação da identidade grega. Para isso se debruça nos processos educativos que acabaram por materializar as representações sobre o ser grego através da construção de narrativas mitológicas na arte e no teatro.

Seguindo no campo da história da Educação os trabalhos **A lei nº 5.692/71 e representações da infância: percepções e expectativas em relação à criança na reforma de ensino de 1º grau**, de Vanessa Queirós Alves; **A expansão e interiorização do ensino superior público no Paraná: o caso da região de Guarapuava/PR (1970-1990)**, de Anderson Szeuczuk, João Carlos da Silva e **TRÊS TESES SOBRE A ECONOMIA DOMÉSTICA NO BRASIL: ELEMENTOS PARA UMA INTERPRETAÇÃO HISTÓRICA (1952-2020)**, de José Carlos Junior trazem três olhares sobre o currículo e os processos de Políticas Públicas de Educação pela perspectiva histórica.

São trabalhos muitos diferentes e todos muito interessantes. Vanessa Queirós Alves nos leva para as representações da infância nas propostas educacionais no ano de 1971. Por meio de fontes documentais tais como a legislação e publicações no campo da educação e pedagogia, a autora identifica os conceitos e as contradições nessas propostas para as crianças participantes da educação fundamental e revelando também seus intentos, modelos, e suas ausências.

Anderson Szeuczuk e João Carlos da Silva analisam o contexto da interiorização do ensino superior público no Estado do Paraná e, com o foco na ampliação do ensino superior, identificam os processos de crescimento econômico e as transformações sociais do Estado e do país nos anos 1960 e 70. Numa proposta transdisciplinar, os autores mergulham por várias áreas de conhecimento discriminando as etapas e o desenho da expansão do ensino superior num artigo importante para a compreensão do desenvolvimento do próprio Estado do Paraná.

Para fechar os estudos dessa temática, José Carlos Junior vai nos dissecar um pouco mais as políticas públicas da área de Economia Doméstica, que dos Estados Unidos do século XIX se espalharam por vários países e passam a ser introduzidas no Brasil dos anos 1940, com reformas educacionais acompanhando as políticas vinculadas ao desenvolvimento rural e se popularizam na década seguinte, com a aproximação aos Estados Unidos. Além da história da formação nessa área, o autor analisa o campo em si e sua vinculação à temática de gênero e à ideologia no contexto das transformações brasileiras com a naturalização que a área exerceu sobre a construção do que é ser mulher e sobre o espaço doméstico.

O campo de estudo sobre gênero e a História das Mulheres é um campo que vem ganhando mais visibilidade com o aumento da produção acadêmica multidisciplinar. Em **Patriotas, Mães e Esposas: um estudo da representação das mulheres nos periódicos estudantis em São Paulo (1889-1930)**, Renata Marcílio Cândido, Milena Cacau de Carvalho e fazem uma excelente análise de fontes e procuram identificar a participação das mulheres nas organizações estudantis do ensino superior e profissionalizante no Estado de São Paulo. De fácil leitura, contribui à discussão sobre os espaços das mulheres e a representação delas no âmbito do público e do privado, durante o final do século XIX e o início do século XX. O trabalho demonstra uma organização metodológica acurada e competente que, por si só, já vale a leitura e ainda ilumina as representações da mulher, da estudante, da profissional e da cidadã que acabavam por normalizar um modelo do feminino, do casamento e da família.

A Liberdade Religiosa na História do Direito: as considerações de João Baptista Pereira sobre o ‘crime indígena’, de Adriana Gomes vai discutir as leis penais da Primeira República, que substituiu o Código Criminal de 1830 (em 1890). A autora analisa o processo jurídico da construção do Código Penal e, ao estudá-lo, desvela as representações de civilidade e repressão que estavam sendo constituídas na sociedade do final do século XIX, que acabaram por cercear ainda mais as liberdades dos grupos marginalizados formados por anarquistas, prostitutas, capoeiras, cáftens, imigrantes inoportunos, entre outros grupos, todos considerados indesejáveis. O texto destaca especialmente o artigo 157, que criminalizou o espiritismo sob a justificativa de se tratar de um “crime indígena” que promovia a incivilidade e da indisciplina social.

Adentrando em outra temática que vem ganhando espaço na produção historiográfica, os indígenas também vão ser destaque em dois artigos muito interessantes que, apesar da distância temporal de seus enfoques, acabam por confirmar que as questões indigenistas com relação à violência e à terra, se perpetuam ao longo do tempo.

Os índios de Pedra Branca-Bahia (1825-1889): uma história de conflitos e resistência em defesa da terra indígena, vai tratar das disputas das terras e as políticas indigenistas do século XIX. Neste artigo, Edilmar Cardoso Ribeiro nos transporta para o povoado de Pedra Branca, localizado no município de Santa Teresinha-Bahia, cuja origem foi um aldeamento indígena e foi historicamente marcado por conflitos entre os indígenas, os colonos locais e as autoridades públicas. No estudo das fontes apresentadas cuidadosamente pelo artigo, estão desenhadas as estratégias indígenas (revoltas armadas e desobediência) na defesa da terra que vinha sendo usurpada por moradores locais não indígenas e se deparando com uma legislação carente de clareza na regulamentação e com decisões desfavoráveis aos nativos que vão impactar no esvaziamento dos grupamentos indígenas da região.

O artigo em sequência que trata da questão territorial e as estratégias de resistência indígena agora é de autoria de Natália Araújo de Oliveira. Resultado de sua pesquisa de mestrado, **Expulsão e retorno: estratégias dos Xavante de Parabubure e de Marãiwatsédé para a demarcação de seus territórios**, analisa as táticas dos Xavante na condução para retomar as terras indígenas Marãiwatsédé e Parabubure. Ao narrar os processos ao longo do tempo, o artigo denuncia a violação, grilagem e as disputas de terras entre fazendeiros e indígenas em território amazônico e afirma principalmente o protagonismo Xavante na condução da luta pela terra. Merecendo destaque e atenção, o

artigo alerta para a corrente degradação aos direitos dos indígenas no país, à terra e aos direitos humanos.

As disputas locais são o destaque do trabalho de Solange Faria Prado: **Conflito de terras nos anos finais do Oitocentos mediados pela construção de imagem negativa, pela fofoca depreciativa de potentados no território de Piúma- ES**. A autora discute as disputas de poder e as estratégias de detração no município de Piúma, no Espírito Santo. Analisando os embates políticos e fundiários, a autora se debruçou sobre os jornais que acabaram por indicar as lutas pelo poder dos proprietários e suas famílias, à base da dominação sobre os moradores da cidade e de seu entorno, que segue ao longo das gerações. As revelações das estratégias utilizadas pelos mandatários a partir das notícias – verdadeiras ou falsas – que configuravam o “disse me disse” e a fofoca como instrumentos de poder são muito interessantes.

Muito relevante e contemporâneo também é o artigo **Estado de Exceção e Supressão das Liberdades: da normatização francesa à pragmática da contemporaneidade**, de Antonio Gasparetto Júnior. Com a reflexão sobre as liberdades, ou a supressão delas, o autor atualiza as noções e os sentidos inaugurados no período revolucionário francês para a contemporaneidade, sustentados na perspectiva do filósofo Giorgio Agamben e na distinção entre o estado de sítio real ou militar e o estado de sítio fictício ou político. Em 1791, a Assembleia Constituinte da França Revolucionária formalizou o instituto do estado de sítio, originalmente do direito militar e que ainda está presente em muitas constituições do nosso século. O autor analisa os documentos franceses do final do século XVIII, para demonstrar que sua institucionalização como construção do estado de exceção se associou negativamente à suspensão de direitos e de liberdades e que hoje tornou-se um paradigma que associa formas autoritárias para a supressão de liberdades naturalizadas como práticas cotidianas, realizadas por outras formas mais veladas incorporadas em medidas econômicas, políticas e/ou legislativas.

Na sequência adentramos os estudos do Brasil Republicano e sua política interna e externa. Samuel da Silva Alves, no seu artigo, **Brizola, as eleições de 1958 e as disputas em torno do trabalhismo no Rio Grande do Sul (1956-1959)** estuda a campanha eleitoral de Leonel Brizola nas eleições de 1958 ao governo do Rio Grande do sul, marcadas por disputas entre lideranças com transformações importantes no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e no “segundo tempo do trabalhismo” como destaca o autor, que abriram caminho para ascensão de novas lideranças das quais Brizola fez parte. Tendo como abordagem o campo político, o artigo desvenda e descreve os contextos

eleitoral e de formação deste novo PTB, sob a direção de novos atores e de novas disputas num jogo de política partidária.

As disputas que fervilhavam internamente também refletiram nas questões externas e em novas crises e paradigmas para a diplomacia nas Américas como discute Glauber Eduardo em **As Conferências de Ministros de Defesa das Américas (1995-2008): a construção do conceito de segurança**. O contexto da Guerra Fria trouxe impactos profundos às relações no campo internacional e dentro das sociedades contemporâneas, exigindo repensar os conceitos e as decisões políticas do sistema bipolar. Com o enfraquecimento desse sistema e a ascensão do regionalismo tem início a Conferência de Ministros de Defesa, a partir de 1995, para refletir e propor ações para os países americanos nas áreas de segurança e defesa como prevenção e controle das ameaças como o terrorismo, o tráfico de drogas e vulnerabilidades diversas. O conceito de segurança passa a ser ampliado e a ser reconhecido como demanda das sociedades civis para os governos. Mesmo perpetuando a concepção de segurança dos Estados Unidos para o continente, as Conferências de Ministros de Defesa das Américas impõem a proposição de formas de atuação voltadas para o desenvolvimento dos países e, conseqüentemente, a defesa e o respeito aos direitos humanos.

Por fim, finalizamos essa edição com a resenha de Herbert Gler Mendes Anjos intitulada **O liberalismo progressista e alguns de nossos males históricos** sobre a interessante obra **Sobre o autoritarismo brasileiro** de Lilia Moritz Schwarcz, lançada em 2019, que discute cidadania no Brasil a partir das políticas de mandonismo, patrimonialismo, racismo, sexismo, discriminação e violência. A partir de reflexões já realizadas em outras obras, a autora problematiza o autoritarismo brasileiro, analisando suas raízes históricas e o seu ressurgimento associado a uma forma de conservadorismo do nosso tempo.

Assim, com o suspiro de esperança e com alegria, desejo que todos se sintam valorizados e inspirados! Excelente leitura!

Júlia Calvo

Editora da Revista Cadernos de História.